

INFORME ECONÔMICO

Como um banqueiro vê a renegociação da dívida externa

A sugestão, às vésperas da Nova República, é do vice-presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira: incluir, no novo acordo a ser negociado com os bancos credores para as amortizações até 1989, dispositivos que reduzam a vulnerabilidade do país a mudanças no cenário econômico internacional do tipo choque do petróleo, queda das cotações de produtos primários e outras.

Segundo Marcílio, o que foi negociado até agora pela atual administração — 16 anos de amortização com sete de carência — é um bom ponto de partida. Mas o acordo deveria incorporar algumas premissas básicas:

- uma taxa de crescimento mínima para os países industrializados;
- outra para a expansão do comércio internacional;
- um patamar máximo para as taxas de juros;
- um teto para uma eventual alta dos preços do petróleo;
- recuperação dos preços de matérias-primas exportadas;
- redução do nível de protecionismo.

Se uma dessas premissas falhasse, o acordo seria automaticamente revisto para elevar o desembolso de recursos para os países endividados. Marcílio Marques Moreira acha que essa idéia é aceita pelos banqueiros internacionais e torna-os aliados na luta contra o protecionismo. Considera de muito mais difícil aceitação a tese da capitalização parcial dos juros, que a seu ver ainda poderia causar traumas e ameaçar a futura disponibilidade de recursos bancários para o país.

■ ■ ■

dentro de uma ótica que resguarde as possibilidades de endividamento futuro do país e assegure os fluxos de financiamento para apoiar o comércio exterior.

O banqueiro considera que o Brasil também seria beneficiado

Arquivo



Marcílio M. Moreira



Entende o vice-presidente do Unibanco que os negociadores não devem encarar a dívida externa apenas como um estoque de compromissos a serem cumpridos, mas

pela inclusão, no acordo com os bancos, de uma cláusula permitindo a conversão de alguns créditos em dólar para outras moedas conversíveis dos países de origem do financiamento, como obteve o México. Na sua opinião, o vigor atual do dólar mostra que o endividamento exclusivamente na moeda norte-americana provou ser um equívoco. "Aqui, também, a regra de ouro é a diversificação", observou.